

Diálogos entre sociologia e história: suas contribuições à edificação de uma sociologia da educação no Brasil

Ione Ribeiro Valle

Resumo

A sociologia da educação foi se constituindo no diálogo com outras sociologias e mesmo com outros campos do conhecimento. Diferentes perspectivas podem ajudar a situar este diálogo. Priorizamos aqui a relação, não raramente conflituosa, entre sociologia e história, inscrita no complexo quadro das lutas do campo científico e também do campo educacional. Para tanto, revisitamos alguns pensadores que têm indicado aproximações e distanciamentos entre essas duas tradições disciplinares, a saber: Pierre Bourdieu (1930-2002), Jean-Claude Passeron (1930-), Antoine Prost (1933-) e Norbert Elias (1897-1990). Partimos da premissa de que a sociologia de Pierre Bourdieu é, desde o princípio, edificada como uma sociologia histórica. Nossa segunda premissa pauta-se num diálogo entre Jean-Claude Passeron, sociólogo, e Antoine Prost, historiador, cujo foco está nas tensões entre duas perspectivas epistemológicas: o ‘raciocínio sociológico’ e o ‘raciocínio histórico’. Nossa última premissa foi elaborada a partir de reflexões de Norbert Elias relativas à oposição entre generalização sociológica e diferenciação histórica. Nosso interesse por esses autores se deve às suas contribuições à edificação do campo educacional brasileiro, o que vem se efetivando graças à intensificação da pesquisa histórica e/ou sociológica.

Palavras-chave: Sociologia. História. Pierre Bourdieu. Jean-Claude Passeron e Antoine Prost. Norbert Elias.

Ione Ribeiro Valle

Universidade Federal de Santa Catarina,
UFSC

E-mail: ione.valle@ufsc.br

<http://orcid.org/0000-0001-7496-3959>

Recebido em: 18/07/2019

Aprovado em: 02/12/2019



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e66334>

Abstract

Dialogues between sociology and history: its contributions to the edification of a sociology of the education in Brazil

The sociology of education it was being constituted itself in the dialogue with other sociologies and even with other fields of knowledge. Different perspectives can help situate this dialogue. We prioritize here the relationship, not rarely conflicted, between sociology and history, inscribed in the complex picture of the struggles of the scientific field and also the educational field. To that purpose, we have revisited some thinkers who have indicated approximations and detachment between these two disciplinary traditions, namely: Pierre Bourdieu (1930-2002), Jean-Claude Passeron (1930-), Antoine Prost (1933-) and Norbert Elias (1897- 1990). We start from the premise that the sociology of Pierre Bourdieu is, from the beginning, built as a historical sociology. Our second premise is a dialogue between Jean-Claude Passeron, sociologist, and Antoine Prost, historian, whose focus is on the tensions between two epistemological perspectives: "sociological reasoning" and "historical reasoning". Our last premise was drawn from Norbert Elias's reflections on the opposition between sociological generalization and historical differentiation. Our interest in these authors is due to their contributions to the construction of the Brazilian educational field, which has been achieved thanks to the intensification of historical and / or sociological research.

Keywords:

Sociology.
History. Pierre
Bourdieu. Jean-
Claude Passeron
and Antoine
Prost. Norbert
Elias.

Resumé

Dialogues entre sociologie et histoire: ses contributions à l'édification d'une sociologie de l'éducation au Brésil

La sociologie de l'éducation a été constituée dans le dialogue avec d'autres sociologies, et même, avec d'autres domaines de connaissance. Différentes perspectives peuvent aider à situer ce dialogue. Nous donnons ici la priorité au rapport, souvent conflictuel, entre sociologie et histoire, inscrit dans le cadre complexe des luttes du champ scientifique mais aussi du champ éducatif. Pour cela, nous avons relu quelques penseurs qui ont indiqué des approches et des distanciations entre ces deux traditions disciplinaires, à savoir : Pierre Bourdieu (1930-2002), Jean-Claude Passeron (1930-), Antoine Prost (1933-) et Norbert Elias (1897-1990). Nous partons du principe que la sociologie de Pierre Bourdieu est, dès le début, édifiée comme une sociologie historique. Notre deuxième prémisses se fonde sur un dialogue entre Jean-Claude Passeron, sociologue, et Antoine Prost, historien, dont l'accent est mis sur les tensions entre deux perspectives épistémologiques: le "raisonnement sociologique" et le "raisonnement historique". Notre dernière prémisses a été élaborée à partir de réflexions de Norbert Elias, relatives à l'opposition entre la généralisation sociologique et la différenciation historique. Notre intérêt pour ces auteurs se doit à leurs contributions dans l'édification du champ éducatif brésilien, qui se voit réalisé grâce à l'intensification de la recherche historique et/ou sociologique.

Mots-clés:

Sociologie.
Histoire. Pierre
Bourdieu. Jean-
Claude Passeron
et Antoine Prost.
Norbert Elias.

Introdução

Certamente não estamos inaugurando uma nova reflexão ao nos propormos a revisitar confrontações canônicas, abundantemente abordadas no campo das ciências humanas e sociais, que dão sustentação a diálogos entre sociologia e história. Essas confrontações, que nos permitem apontar distâncias e convergências entre as duas disciplinas, estão na raiz da sociologia¹ ou, mais propriamente, da física social² de Augusto Comte (1798-1857). Ao perceber as transformações presentes na sua época, o filósofo francês argumentou em favor da necessidade de tornar positiva a ciência social (dando continuidade à astronomia, à física, à química, à fisiologia); sua intenção era descobrir, ao mesmo tempo, as leis de organização da sociedade (‘estática social’) e as de sua evolução (‘dinâmica social’). Ele vislumbrou, como objetivo fundamental da nova ciência, produzir conhecimentos e colocá-los a serviço da solução de problemas sociais: “saber para prever, prever para poder” (COMTE, 1983, p. 182) é uma de suas principais máximas articulando ciência e política. A sociologia, última a ser elevada à ordem das ciências, deveria se beneficiar das aquisições das que a antecederam, tornando-se capaz de dar conta da complexa e inexorável “marcha geral da civilização”, que, para ele, representava o momento de passagem de um sistema que se extingue para “[...] um novo sistema que atingiu sua completa maturidade [...] e tende a se constituir” (COMTE, 1983, p. 62).

A partir dessas considerações, entendemos que Comte esboça uma sociologia histórica, ao defender o exame do longo processo social durante o qual se desenvolveram as ciências e o saber,³ visando compreender e explicar o funcionamento ao mesmo tempo estático e dinâmico do espírito humano. Segundo ele, “[...] a existência dos indivíduos e dos povos é de tal forma dominada pela sua situação histórica, que, para lhes regular o conjunto, faz-se necessário modificar a noção geral de nossa unidade, de acordo com a fase atual do seu desenvolvimento” (COMTE, 1983, p. 167).

O interesse pelo diálogo entre sociologia e história também aparece em Émile Durkheim (1857-1917), considerado o pai da sociologia moderna. Ao se preocupar com as questões da moral, ao pretender combater as situações consideradas problemáticas por meio da moral e ao propor uma base científica para analisá-las, ele recorre primeiramente à psicologia e depois à sociologia, ambicionando tornar esta última uma ciência autônoma.⁴ O autor se confronta, desde o início, com a predominância do modelo biológico no estudo dos fenômenos sociais, e é a partir desse modelo que ele constrói as suas “regras do método sociológico” (1985). Seu intuito era mostrar os limites de alguns dos modelos predominantes e, ao mesmo tempo, alertar para a pertinência do diálogo interdisciplinar: “Para Durkheim, a etnografia, a economia, a geografia, a história ou a demografia são tão somente aspectos particulares de uma ciência que precisa ser unificada” (MUCCHIELLI, 2000, p. 46).

Mas a obra de Durkheim não se encerra na elaboração das bases de uma ciência sociológica, daí sua contemporaneidade.⁵ Ela revela uma inquietação em face da instabilidade decorrente da passagem, abrupta, de uma solidariedade mecânica para uma solidariedade orgânica, ela evoca a miséria moral⁶ que ameaça uma sociedade nos momentos de transformação das suas estruturas. Sua obra se inscreve, portanto, num quadro de preocupações com a perda de valores morais, de crenças comuns, de uma consciência coletiva, vista por ele como “a alma de um povo”. Conseqüentemente, sua sociologia apresenta um caráter histórico, porque é edificada na emergência da sociedade industrial, quando se torna evidente a destruição das antigas estruturas sociais que asseguravam a estabilidade, garantiam valores e crenças comuns e mantinham a coesão, a ordem e a estabilidade social.

Mas a sociologia desses dois pensadores franceses enfrenta, ao longo dos séculos subsequentes, um amplo processo de especialização, que se alastra pelos diferentes campos científicos; processo esse que certamente não foi por eles ignorado.⁷ Cada ciência, cada nova ciência, sobretudo aquelas que brotaram da dinâmica efervescente dos tempos modernos, foi tendo que explicitar sua ‘utilidade’, foi sendo forçada a justificar suas razões de existir, foi sendo coagida a elevar suas fronteiras, embora estas ainda permaneçam em debate, foi tendo que demonstrar suas diferenças e distâncias em relação às demais ciências. Ou seja, foi se tornando evidente que o sucesso de uma disciplina, sua perenização, sua força e legitimidade se devem à capacidade de consolidar um metadiscurso, de edificar uma espécie de profecia disciplinar, de proteger sua parte secreta de vulnerabilidade (suas incompreensões, seus mal-entendidos, seus pontos cegos). Assim, a busca de reconhecimento no campo científico ficou atrelada à definição clara dos objetos de investigação, dos objetivos, das metodologias, das questões epistemológicas e metodológicas, e jamais à explicitação das intersecções e complementaridades com outras disciplinas.

A preocupação com a cientificidade da sociologia francesa, que na metade do século passado ainda figurava como um saber marginal, dificultando sua institucionalização, volta a aparecer no calor das manifestações do Maio de 68, quando Bourdieu, Chamboredon e Passeron publicam *A profissão de sociólogo* (1968).⁸ Com a intenção de elevar a sociologia ao *ranking* das ciências, esses autores revisitam pensadores clássicos de grande peso para as ciências humanas e sociais e propõem uma espécie de atualização de *As regras do método sociológico* (1895), de Émile Durkheim. Segundo Valle (2019, p. 28), para esses autores,

[...] a superação de um número considerável de obstáculos e a adoção de uma série de princípios era condição *sine qua non* para reivindicar plenamente o estatuto de ciência experimental. Os procedimentos voltados à concretização desta perspectiva são esboçados desde a introdução da obra, o que em linhas gerais significa incorporar a epistemologia, a história das ciências, assim como a metodologia à prática concreta da pesquisa sociológica.

Assim, à luz do pensamento de Bourdieu, estabelecemos como premissa norteadora das nossas escolhas e dos nossos argumentos o fato de que a sociologia deve se voltar à prática e, a partir dela, produzir

sua reflexividade, deve interessar-se pelos seus fundamentos históricos e epistemológicos, deve integrar nas suas análises as condições de sua própria produção, visando colocar em evidência as ambiguidades do mundo social e do mundo escolar, em particular do universitário. Esses mundos se impõem aos agentes sociais (escolares e universitários) e são por eles (re)construídos, de modo que, ao se confrontar estratégias de conservação e estratégias de subversão num quadro de lutas pela autoridade simbólica, pode-se desvelar lógicas de dominação e reprodução social presentes na prática docente e no trabalho investigativo.

Em face dos desafios que o diálogo entre essas duas disciplinas impõe – um diálogo que nada tem de original, por se tratar de um ‘velho’ tema, inscrito no quadro das lutas dos campos científico e educacional –, partimos da constatação de que a sociologia da educação no Brasil foi se constituindo gradativamente na interface com outras sociologias, mas também com outros campos do conhecimento. Assim, não se pode deixar de considerar ao menos três perspectivas, que, embora não sejam priorizadas aqui, estão subjacentes à edificação desse campo de investigação: 1) pode-se pensar a partir de uma sociologia do conflito em contraposição a uma sociologia do consenso; 2) pode-se pensar tendo como referência a pesquisa macrosociológica da educação em sua recorrente oposição à pesquisa microsociológica; 3) pode-se ainda priorizar o esforço de edificação de uma sociologia crítica que tem privilegiado o modo de pensar relacional, nos termos definidos por Pierre Bourdieu, o que tornaria o desafio ainda mais complexo.

Embora nosso alvo seja a sociologia da educação no Brasil, em razão das nossas questões de pesquisa, os diálogos que elegemos⁹ para dar sustentação à nossa investida extrapolam nosso campo epistemológico de interesse. É importante ressaltar que, apesar das incontáveis tentativas de ambas as tradições disciplinares, no sentido de buscar uma maior aproximação – chega-se mesmo a perspectivar uma unificação –, as tensões entre sociologia e história persistem; elas são alimentadas por diferentes fatores e têm sido enfrentadas a partir de vieses epistemológicos distintos.

Esses diálogos dizem respeito a autores que têm marcado presença na pesquisa educacional brasileira, possibilitando estabelecer aproximações, distanciamentos, intersecções e complementaridades entre essas duas perspectivas epistemológicas, constituindo-se numa espécie de referência incontornável à prática de ambos os *métiers*. Referimo-nos à compreensão de Pierre Bourdieu (1930-2002) relativa ao estreitamento de vínculos entre as disciplinas científicas, ao debate entre Jean-Claude Passeron (1930-) e Antoine Prost (1933-), interessados nas convergências e divergências entre sociólogos e historiadores, e à contribuição de Norbert Elias (1897-1990) à pesquisa em educação, a partir das noções de configuração e processo civilizador. Assim, dada à limitação a que estamos submetidos aqui, priorizamos algumas premissas que dão suporte às reflexões desses autores, por razões eminentemente práticas, mas, sobretudo, porque é nossa intenção evitar argumentos excessivamente áridos, que, com frequência, são utilizados para recompor esse diálogo multifacetado.

A sociologia de Pierre Bourdieu é edificada como uma sociologia histórica¹⁰

Bourdieu rejeita todas as formas de isolamento disciplinar que, com certa frequência, impõem-se às áreas que alcançam reconhecimento no campo científico. Ele se contrapõe a todo tipo de ‘engavetamento’ e à elevação de fronteiras em nome das vantagens da especialização, entendendo que estas tendem a se tornar intransponíveis e a pôr em risco o rigor necessário às ciências humanas e sociais. Bourdieu também rejeita as tendências teóricas abrigadas sob o véu da neutralidade axiológica, de modo que sua crítica abrange a sociologia e o *métier* de sociólogo, a história e o *métier* de historiador, a economia e o *métier* de economista, a psicologia e o *métier* de psicólogo, o mundo acadêmico e o *homo academicus*, o sistema de ensino e os professores, o campo jornalístico e os jornalistas, o campo jurídico e os juristas, o campo religioso e os clérigos... Essa rejeição sistemática o colocou na mira de diferentes agentes, científicos e não científicos, pelos quais foi identificado como um “sociólogo enervante”.

Uma das primeiras ‘empreitadas’ em que se engajou o jovem filósofo Pierre Bourdieu consistiu em (re)conquistar o estatuto de ciência para a sociologia,¹¹ como mencionamos anteriormente, por meio da publicação, em 1968, da obra *A profissão de sociólogo*, em parceria com Jean-Claude Passeron e Jean-Claude Chamboredon, num momento de rupturas epistemológicas¹² e culturais de grande profundidade, ocorridas na França daqueles tempos.

Desde a divulgação desta obra, o diálogo entre sociologia e história permeia a reflexividade de Bourdieu e ganha força na leitura que ele faz das contestações do Maio de 68, inscrevendo-as no que chama de “momentos críticos”; momentos em que o pesquisador é desafiado a reelaborar seu protocolo científico. Segundo Valle (2019, p. 35), a obra *Homo academicus*, publicada na França cerca de vinte anos após os eventos *soixante-huitards*, “[...] centra-se na explicação de um acontecimento histórico, cuja abrangência extrapola o campo universitário, embora este exerça um papel de primeiro plano. Seu poder de quebra de equilíbrios atinge parcialmente a ordem social em geral”.

Para ilustrar a premissa, defendida aqui, de que a sociologia de Bourdieu é edificada como uma sociologia histórica, elencamos alguns pontos que o levam ora a aproximar, ora a distanciar essas duas culturas disciplinares, acompanhando a análise de Valle (2018b, p. 55-56). O primeiro ponto diz respeito à condição de disciplina auxiliar, que torna o pesquisador cúmplice da realidade que intenciona conhecer. Bourdieu se refere sobretudo aos estudos – às chamadas pesquisas aplicadas – voltados à busca de soluções para problemas de ordem prática. Trata-se de estudos que vão ao encontro de agendas políticas, centradas essencialmente em interesses específicos (de grupos ou de programas político-partidários).

O segundo ponto põe relevo à tendência de pensar a pesquisa histórica como processo, focada, portanto, nas gêneses dos eventos e nas responsabilidades. Bourdieu se refere a pesquisas que se dedicam à indicação dos predecessores dos predecessores; pesquisas que mobilizam uma espécie de ilusão retrospectiva, que vê no *regressio ad infinitum* uma forma de superação erudita. Esse tipo de pesquisa

procura desvelar intenções e premeditações de agentes individuais ou de coletivos personalizados, o que o autoriza a censurar ou louvar, a condenar ou reabilitar, além de imputar a vontades benéficas ou malignas as propriedades do passado.

O terceiro ponto procura sublinhar o fato de que “[...] a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa), assim como seus efeitos sociais, não depende da ‘vontade’ de um indivíduo ou de um grupo, mas do campo de forças antagônicas ou complementares em que são geradas essas ‘vontades’” (VALLE, 2018b, p. 55). Por meio da teoria dos campos, Bourdieu mostra que somente o “modo de pensar relacional” permite a reconstrução crítica de fenômenos históricos e sociais, não sendo possível levar a efeito análises descoladas dos seus contextos, uma vez que os agentes estão neles enraizados.

O quarto ponto coloca em relevo a separação entre o individual e o social, fruto da “[...] oposição entre o acontecimento e a longa duração, entre os ‘grandes homens’ e as forças coletivas, entre as vontades singulares e os determinismos estruturais”. Segundo Bourdieu, essas oposições promovem a confrontação entre dois estados da história e impedem o modo de pensar relacional: “[...] a história no seu estado objetivado, acumulada ao longo do tempo nas coisas, nas máquinas, nos edifícios, nos monumentos, nos livros, nas teorias, nos costumes, nos documentos, e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*” (VALLE, 2018b, p. 55).

O quinto ponto evidencia a força do *habitus* (herdado e/ou adquirido), o que faz com que historiadores e sociólogos se percebam entre a ‘vocação’ subjetiva (aquilo para o que se sentem ‘feitos’) e a ‘missão’ objetiva (aquilo que se espera deles). Ou seja, eles se veem entre o que a história faz deles e o que ela pede para que eles façam. Bourdieu faz menção à relação dóxica com o mundo de origem, mas também com o mundo profissional. Trata-se de “[...] uma relação de pertença e de posse, na qual o corpo apropriado se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas que habitam nessa história” (VALLE, 2018b, p. 56). É na premissa marxista – “a herança se apropria do herdeiro” – que o autor busca inspiração. Todavia, se a herança pode se apropriar do herdeiro, o herdeiro também pode se apropriar da herança..., o que revela o caráter não inflexível da sua noção de *habitus*.

O sexto e último ponto que sublinhamos diz respeito ao fato de que ninguém escapa da forma sutil de mistificação. Para Bourdieu, em conjunto ou separadamente, consciente ou inconscientemente, historiadores e sociólogos são levados a aderir à “douta ignorância”, fortemente presente no jogo acadêmico. Segundo ele, enquanto os historiadores tendem a transformar o juízo da história em juízo final, os sociólogos se veem como autênticos autores, profetas ou heresiarcas – aqueles que vão dizer na rua o que normalmente se diz no universo erudito –, porque se sentem autorizados a descobrir e a revelar a verdade.

Enfim, o diálogo entre sociologia e história, tal como nos apresenta Bourdieu, leva-nos a concluir que a fronteira entre elas não tem nenhum sentido. Vislumbrando encurtar distâncias entre essas duas

tradições epistemológicas, ele nos coloca diante de uma espécie de jogo de espelhos, propondo uma sociologia histórica para os sociólogos e uma história sociológica para os historiadores. A partir desse quadro reflexivo, pode-se considerar que, embora haja disputas no campo científico, embora a *illusio* nos imponha determinados consensos, embora estejamos sujeitos aos “[...] riscos da adesão silenciosa induzida por abordagens anacrônicas e manipuladoras, precisamos [...] aproveitar a porosidade das fronteiras entre as nossas disciplinas, para nos movimentarmos entre a contingência histórica e a regularidade sociológica” (VALLE, 2018b, p. 58), fazendo com que passado e presente dialoguem.

Jean-Claude Passeron e Antoine Prost: ‘raciocínio sociológico’ e ‘raciocínio histórico’¹³

A partir de um longo debate entabulado entre esses pensadores franceses – o primeiro, sociólogo; e o segundo, historiador –, ocorrido em 1990,¹⁴ procuramos destacar convergências e divergências entre sociologia e história, seguindo a mesma dinâmica adotada anteriormente. Passeron e Prost entendem tratar-se de duas “insularidades teóricas”, cujas bases interpretativas apresentam grande especificidade. Elas encontram no ensino o lugar privilegiado para o diálogo, deixando-se influenciar mais facilmente, o que muito raramente ocorre em relação às demais áreas (política, economia, religião, etc.).

Quando o objeto de investigação se refere ao campo educacional,

[...] é a lógica e os procedimentos do raciocínio experimental que têm migrado da sociologia para a história, enquanto que, no sentido inverso, são os conceitos de periodização e de civilização utilizados como quadros de inteligibilidade que têm forçado o pensamento sociológico a se abrir à interpretação dos dados. (VALLE, 2018a, p. 68).

Os autores chamam a atenção para a pouca probabilidade de um historiador da educação desenvolver um estudo sobre a escola sem considerar os aspectos gerais da instituição, suas funções sociais, suas dinâmicas pedagógicas e de formação. Igualmente, nenhum sociólogo da educação poderia analisar a estrutura dos sistemas de ensino, seus fins e suas políticas sem levar em conta as múltiplas dimensões do contexto histórico dessas instituições.

O que costuma acontecer, esclarecem Passeron e Prost, é uma complementaridade envolvendo historiadores e sociólogos, fundada numa “[...] espécie de hibridação, de interfecundação, de circulação e troca de métodos e de temas de investigação” (VALLE, 2018a, p. 61); uma complementaridade possível unicamente porque ambos os *métiers* partilham de um mesmo *regime epistemológico*, estudam-se mutuamente, reconhecem-se no trabalho um do outro.

Assim como procedemos em relação à abordagem de Bourdieu, apresentamos, na sequência, algumas assertivas que procuram dar visibilidade ao movimento de aproximação/distanciamento entre o ‘raciocínio sociológico’ e o ‘raciocínio histórico’, tendo como referência Valle (2018a, p. 64-69). A primeira assertiva diz respeito à historicidade do mundo empírico, o que faz com que o raciocínio sociológico não possa limitar-se ao raciocínio experimental, pois toda proposição asceticamente estatística

do mundo histórico é interpretativa. Ou seja, não é possível tratar as variáveis como se fossem naturais, o que levaria a percebê-las como trans-históricas.

A segunda assertiva enfatiza que o raciocínio sociológico não pode ser confundido com o método idiográfico. Este se opõe ao método nomotético, que leva à apreensão de regularidades, de tendências e até mesmo à formulação de leis gerais. Em outras palavras, o raciocínio sociológico não se restringe a uma espécie de sociografia (circunscrita à descrição dos fenômenos sociais), tampouco ao raciocínio idiográfico, que apreende os contextos de forma isolada e trata os fenômenos isoladamente.

A terceira assertiva considera o raciocínio sociológico como um raciocínio misto. Os autores alertam para o risco que se corre quando o foco é posto num ponto fixo, pois o raciocínio sociológico pode estar no meio ou num lugar intermediário; ou seja, num permanente vai e vem, indo de um ponto a outro. “Por meio desse raciocínio, fatos datados e localizados (fatos próprios da história das sociedades humanas) são submetidos a tratamentos experimentais que momentaneamente devem pôr de lado essa datação e essa localização.” (VALLE, 2018a, p. 66).

A quarta assertiva assevera que nenhuma revolução teórica consegue fazer tabula rasa do passado. A própria terminologia sociológica é posta à prova: ou se mostra excessivamente teórica e, portanto, pouco unívoca para orientar questões ao mesmo tempo insubstituíveis e próximas, ou se revela pouco teórica, uma vez assentada em particularidades que não permitem generalizações nem analogias. Os autores chamam a atenção para o que definem como “equilibrismo sociológico”, que exige avaliar a situação metodologicamente arriscada das pretensões generalizantes. Eles reconhecem (principalmente Passeron) que o contexto da generalidade sociológica pode ser mais estrito que o da singularidade histórica, pois as tipologias podem estar condenadas a tornar equivalentes contextos que não o são.

A quinta assertiva evidencia que o raciocínio sociológico pode estar condenado à ‘bricolagem’. Isso exige que o pesquisador associe “[...] a gramática do modelo experimental com a semântica do relato histórico para efetivar seu trabalho interpretativo” (VALLE, 2018a, p. 67). Assim, ao intercalar nas suas práticas procedimentos do raciocínio experimental (como os ‘momentos de pureza metodológica’, por exemplo), o raciocínio sociológico se distingue do raciocínio histórico e consegue superá-lo.

A sexta assertiva faz menção ao envolvimento das duas tradições epistemológicas com o mesmo objeto. É nas palavras de Prost que se observa a especificidade do *métier* de historiador, a quem cabe a questão do tempo, do trabalho com o tempo, do recorte temporal, da montagem dos acontecimentos em acontecimentos articulados, dando-lhes sentido porque inauguram e explicam um determinado momento. O sociólogo, por sua vez, precisa explicitar aquilo que o motiva, sua ‘*dêixis* histórica’. Por serem tributárias da mesma ‘base empírica’, é perceptível que sociologia e história trabalham com o mesmo objeto, mobilizam propriedades epistemológicas muito próximas e fazem suas escolhas linguísticas, relacionadas à nomenclatura, à categorização e à periodização.

A sétima e última assertiva parte do pressuposto de que as divergências não concernem unicamente a uma histerese profissional. As razões das divergências

[...] não podem simplesmente ser atribuídas a um maior ou menor grau de cientificidade de uma disciplina em relação à outra. Seria certamente mais pertinente explicá-las por meio dos embates que configuram a vida intelectual e que edificam zonas fronteiriças, separando os dois campos epistemológicos. (VALLE, 2018a, p. 68).

Como se pode ver, o movimento de idas e vindas entre o raciocínio sociológico e o raciocínio histórico não pode ignorar a historicidade do mundo empírico, ele também não pode sucumbir aos perigos projetados, seja pela (sedutora) luz ofuscante dos tempos de outrora, seja pelas falsas antíteses e dicotomias generalizantes, que podem se tornar enganadoras.

Analisar o debate entre Passeron e Prost nos levou a perceber que, mesmo originários de campos epistemológicos distintos, seus pensamentos entram em sintonia em vários aspectos, sobretudo quando o estudo está relacionado ao campo educacional, cuja aproximação entre historiadores e sociólogos parece recorrente.

Se, para o sociólogo da educação, o eixo diacrônico é tão fortemente estruturante que pode passar despercebido, para o historiador da educação, interessado nos antecedentes, todo objeto é necessariamente sociológico, pois diz respeito essencialmente a atores coletivos, uma vez que os atores individuais estão pouco representados. (VALLE, 2018a, p. 69-70).

Norbert Elias entre a generalização sociológica e a diferenciação histórica¹⁵

Para enfrentar a complexidade crescente da investigação de fenômenos sociais, políticos, culturais, assim como as incertezas que ainda cercam a própria condição de cientificidade da ciência, Elias constrói quadros analíticos multidimensionais, privilegiando uma concepção relacional. Ele parte do pressuposto de que existem transformações sociais que não podem ser compreendidas senão através de longas séries evolutivas, englobando várias gerações. Embora dê preferência à compreensão das sociedades contemporâneas e ofereça uma leitura contundente para pensar o cosmopolitismo dos tempos modernos, Elias reconhece a força do passado histórico e, por essa razão, introduz o individual no político, a longa duração na história, o passado na sociologia, as modalizações em grande escala nas ciências sociais.

Certamente, Elias não ignorava o fato de que, para efetivar esse ambicioso empreendimento, seria necessário enfrentar a generalização sociológica, que se opunha, sistematicamente, à diferenciação histórica. Certamente, ele não ignorava o fato de que era preciso substituir um modelo estático e anistórico de pesquisa por um modelo dinâmico de análise das estruturas sociais, apreendidas num *continuum* histórico. Ele também não ignorava que sua tentativa de construção de modelos sociológicos a partir de processos históricos mais duradouros exigia que a autonomia do objeto de pesquisa não fosse obliterada por juízos preconcebidos e por convicções ideológicas ligadas à época do pesquisador.

Para Elias, a questão central não consiste em eliminar as fronteiras entre essas duas tradições disciplinares, não supõe pretender que história e sociologia se confundam ou se sobreponham, pois cada uma tem seus métodos, suas problemáticas, seu desenvolvimento próprio, ainda que entre elas existam complementaridades e intersecções. Sua aposta estava no reconhecimento da radical historicidade dos seres humanos e também no fato de que essa historicidade, longe de significar a predominância do aleatório ou da dispersão, sempre implica a percepção das organizações como instâncias flutuantes.

Para permanecer na linha reflexiva adotada em relação aos autores precedentes, priorizamos alguns apontamentos decorrentes do jogo de opostos, fortemente contestado por Elias: autonomia X heteronomia, independência X dependência, autocontrole pulsativo X controle, tendo como pressuposto seu esforço no sentido de superar antagonismos, de estabelecer reciprocidades e de buscar complementaridades para enfrentar a complexidade dos seus objetos.

O primeiro apontamento diz respeito ao uso equivocado dos conceitos de ‘indivíduo’ e ‘sociedade’, o que, segundo Elias, leva a uma espécie de ilusão de ótica. A dicotomização desses conceitos impõe limites consideráveis ao *modus operandi* tanto de sociólogos quanto de historiadores: certos sociólogos concebem seu trabalho como se se ocupassem exclusivamente de figurações, e de figurações sem indivíduos, de sociedades ou ‘sistemas’ que são totalmente independentes dos homens singulares; certos historiadores concebem seu trabalho como se se ocupassem exclusivamente de indivíduos e, muitas vezes, de indivíduos sem figuração, de homens que são totalmente independentes uns dos outros.

O segundo apontamento põe em relevo o fato de que a história de uma sociedade se reflete na história interna de cada indivíduo. Um dos argumentos que corroboram essa ideia pode ser percebido na seguinte expressão: “o homem não é jamais um começo. Todo homem é um herdeiro”. Fica evidente em Elias a necessidade de tomar distância em relação a uma sociologia mais atraída pela construção de taxinomias de validade universal do que pela ‘análise intensiva’ de casos históricos bem determinados.

O terceiro apontamento concerne à inutilidade de teorias sociológicas não assentadas no trabalho empírico. Como sua intenção era dispor de recursos para organizar o conjunto dos dados históricos coletados, os procedimentos metodológicos ganham relevância. O estudo de caso, para Elias, ajuda a esclarecer as condições que levam ao surgimento e à perpetuação de uma dada formação social, porque permite apreender aspectos culturais preservados no silêncio dos gestos e das práticas cotidianas.

O quarto apontamento centra-se nas distâncias metodológicas entre sociologia e história: enquanto o estudo histórico tende a impedir a comparação, o estudo sociológico tende a facilitá-la. A perspectiva analítica adotada por Elias privilegia os recursos metodológicos comparativos, pois estes possibilitam a observação de semelhanças e/ou diferenças entre sociedades contemporâneas, ou mesmo entre momentos

distintos de uma mesma sociedade. Seu propósito não era promover uma análise sincrônica, mas situar a duração e os ritmos próprios da evolução das formações sociais sem deixar de considerar que uma duração e um ritmo não são facilmente perceptíveis.

O quinto apontamento indica que a sobrevivência de conceitos e de meios de expressão antigos leva à compreensão de novos meios de expressão e de novos modos de raciocínio. Elias reconhece a liberdade que têm as ciências sociais para criar um novo vocabulário e novos conceitos. Mas ele também reconhece que essa liberdade tem limites, pois, ao se distanciar excessivamente, corre-se o risco de tornar impossível toda comunicação.

O sexto e último apontamento faz menção ao processo de deslocamento da violência, graças à monopolização por parte do Estado e à sua interiorização. Para compreender esse processo, Elias procura introduzir a dinâmica individual de socialização (que ele chama de psicogênese) no quadro mais amplo da gênese do Estado (que seria a sociogênese). Seu objetivo é mostrar que, na formação do *habitus* nacional, a transmissão de uma memória se dá na longa duração e é incorporada em cada cérebro, gerando uma mentalidade particular. O *habitus* nunca é fixo e, para compreendê-lo, é preciso remeter-se ao processo de formação do Estado em que está inserido o povo ou o grupo considerado.

Enfim, a contribuição de Elias se revela de uma grande riqueza exegetica, porque delineia uma sociologia histórica de grande envergadura, exigindo que sociólogos e historiadores reconheçam a importância de uma determinada formação social, independentemente de a apreciarem ou não. Seu legado nos remete às Luzes, embora muitos dos pressupostos mobilizados em sua obra o distanciem do pensamento iluminista. Parece evidente que o autor vê no saber social e na sua ampliação a possibilidade crescente de emancipação para os homens; parece evidente que ele faz uma aposta irrepreensível no saber e no acesso a ele, o que exige que reorganizemos e rearticulemos nossas percepções histórica e sociológica.

Concluindo...

Ao argumentar em favor de uma sociologia da educação no Brasil, somos levados a considerar as perplexidades relativas à sua ‘utilidade’, de modo que a retomada de diálogos interdisciplinares em muito pode contribuir. Dúvidas quanto ao caráter científico da sociologia, exigindo dos sociólogos um esforço permanente para dar legitimidade ao seu *métier*, apesar do rigor que lhes é próprio, introduzem incertezas na sua institucionalização e na realização do seu trabalho de investigação. No caso da história, apesar de não passar imune à crítica que afeta o conhecimento em suas dimensões gerais, não tem sofrido ataques tão sistemáticos e diretos. Questiona-se mais o conteúdo (dito ideológico) das narrativas históricas e as formas de abordar eventos e contextos e menos a ‘utilidade’ do *métier* de historiador.

Diante desse quadro de profunda instabilidade acadêmica, priorizamos aqui autores (Bourdieu, Passeron, Prost e Elias) que têm nos ajudado a refletir sobre a pertinência do diálogo entre sociologia e história, cujo impacto sobre a pesquisa educacional é inquestionável. Tendo em vista que as disputas internas ao campo científico e entre os diferentes campos assumem, especificamente no contexto brasileiro atual, dimensões de ordem moral, cívica, patriótica, mas sobretudo ideológica e religiosa, consideramos importante retomar o diálogo entre essas duas tradições epistemológicas, numa tentativa de ampliar seus potenciais científicos sem pôr em risco a esfera de abrangência de cada uma delas, nem promover a hibridação entre sociologia e história.

Alguns aspectos podem ser destacados nos diálogos brevemente apresentados, visando esclarecer avanços e limites da nossa pesquisa educacional. Eles mostram que, se ainda não chegamos à consolidação de uma sociologia da educação que dê conta dos nossos problemas educacionais, podemos contar com iniciativas que não podem ser negligenciadas. Referimo-nos à recorrência de diálogos observada entre sociólogos e historiadores em eventos acadêmicos ou no plano de realização dos próprios estudos, dando um tom interdisciplinar à pesquisa de ambas as áreas. Supomos que isso se deva à fase de constituição dos nossos campos epistemológicos, principalmente em relação à sociologia, o que favorece a intersecção e a complementaridade teórico-metodológica. Entendemos também que, apesar da crescente especialização que afeta o campo científico, nossos pesquisadores transitam entre diferentes áreas do conhecimento, têm acesso a distintas abordagens teóricas, estão sendo preparados a não se deixar sucumbir pela normatividade disciplinar, a não se submeter a fronteiras científicas rígidas e muitas vezes pouco rigorosas.

Consideramos, enfim, que esse diálogo somente tem sido possível graças ao trabalho coletivo, que orienta o cotidiano dos nossos grupos de pesquisa, e ao esforço de sociólogos e historiadores em atuar como “intelectual coletivo”,¹⁶ no sentido atribuído por Bourdieu. Certamente, os desafios enfrentados são incomensuráveis, porque nos confrontamos a todo o momento com a lógica da especialização, sutilmente inculcada ao longo dos nossos percursos formativos.

Notas

¹ O termo ‘sociologia’ aparece pela primeira vez em 1839, num parágrafo da 47ª lição do *Curso de filosofia positiva* de Augusto Comte (DORTIER, 2000, p. 17). Sua intenção era “[...] designar por um nome único esta parte complementar da filosofia natural que se relaciona com o estudo positivo do conjunto das leis fundamentais apropriadas aos fenômenos sociais” (COMTE, 1983, p. 61-62).

² Para Comte (1983, p. 54), física social é “[...] a ciência que tem por objetivo próprio o estudo dos fenômenos sociais, considerados com o mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, isto é, como submetidos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o objetivo especial de suas pesquisas”.

³ Elias (1991, p. 39), ao retomar a tese de Comte, sublinha que “A passagem de uma teoria filosófica para uma teoria sociológica das ciências e conhecimentos [...] reside primeiramente no fato de colocar a sociedade humana como ‘sujeito’ do conhecimento, e não o indivíduo”, o que permite enfrentar a redução da estrutura dos processos sociais a estruturas biológicas ou psicológicas.

⁴ A expectativa de constituição de uma ciência autônoma remete a Augusto Comte, como lembra Elias (1991, p. 51): “[...] trata-se de mostrar como e por que razões a interconexão de indivíduos interdependentes constitui um grau de integração, cujas formas de relação, estruturas e processo não podem se deduzir das particularidades biológicas ou psicológicas dos indivíduos que a compõem”. Em Durkheim, a ideia de autonomia é apresentada em três estágios: uma *morfologia social*, abrangendo o estudo geográfico das populações (seu volume, sua densidade, sua distribuição no solo) nas suas relações com a organização social;

uma *fisiologia social*, voltada às diversas manifestações da vida social (religião, arte, economia, etc.); e uma *sociologia geral*, que se constituiria na grande síntese da história das sociedades (MUCCHIELLI, 2000, p. 50).

⁵François Dubet (2013), ao prefaciar a 14ª edição da obra *As regras do método sociológico*, de Émile Durkheim, refere-se à sua contemporaneidade, lembrando que as questões relacionadas à angústia, que tanto afetaram o sociólogo, não nos abandonaram, uma vez que elas pertencem à própria ideia de modernidade: “Durkheim escreveu num período em que as mudanças sociais não eram maiores que as de hoje, num momento em que as questões sociais não eram menos importantes do que as que enfrentamos hoje, ainda que não sejam as mesmas.” (DUBET, 2013, p. 20).

⁶Ao se sensibilizar com as situações em que se encontravam as sociedades modernas e em particular a França no final do século XIX, Durkheim, além de estudar as causas dessas situações, propõe um diagnóstico e procura orientar as ações das diferentes instituições. Certamente, a instituição que mais atrai seu interesse é a educação. É para ela que se voltam suas principais energias. A esse propósito, veja-se sobretudo: *A educação moral* (2008), referente aos cursos ministrados na Sorbonne, no ano letivo de 1902-1903, e *Leçons de sociologie. Physique des mœurs et du droit*, referente aos cursos de sociologia ministrados em Bordeaux, entre 1890 e 1900.

⁷Elias (1991, p. 51-53) chama a atenção para as vantagens e os riscos que poderiam advir da especialização científica, abordados por Comte e Spencer. Steiner (1994), por sua vez, sublinha que, para Durkheim, é importante que o trabalho do sociólogo seja enriquecido pelas pesquisas com as “ciências conexas”.

⁸Sobre o lugar da obra *A profissão de sociólogo*, de Bourdieu, Chamboredon e Passeron, na sociologia das práticas sociais, veja-se Valle (2019).

⁹Não é nossa intenção desconsiderar abordagens igualmente centrais no diálogo interdisciplinar, como as de Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920), relativas ao capitalismo, à formação de classes e às formas de dominação, ou de Alexis de Tocqueville (1805-1859), relacionadas à revolução francesa e aos mecanismos democráticos mobilizados em diferentes contextos.

¹⁰Este item pauta-se, de modo sintetizado, na reflexão desenvolvida por Valle (2018b) em artigo intitulado *Sociologia histórica ou história sociológica? Diálogos a partir de Pierre Bourdieu*.

¹¹Valle (2018b, p. 52) assinala que, para retirar a sociologia da posição de ciência pária em que se encontrava em meados do século XX, Bourdieu e seus colaboradores precisaram enfrentar oposições canônicas, que naturalizavam práticas polarizadas (entre indivíduo e sociedade, entre estruturas mentais e estruturas sociais, entre ator e estrutura, entre liberdade e determinismo, entre compreensão e explicação, entre subjetivismo e objetivismo), e que colocavam “[...] a sensibilidade humana contra a frieza das estatísticas, a condescendência contra o distanciamento, a neutralidade axiológica contra o engajamento político, o etnocentrismo intelectual contra o anti-intelectualismo”.

¹²Para Joly (2018, p. 25), ao se preocupar com as relações entre a dinâmica das estruturas sociais e a dinâmica das estruturas mentais, entre os processos sociais e os processos psíquicos, entre os espaços sociais e os espaços físicos, intrassubjetivos ou intersubjetivos, Bourdieu traçou os delineamentos de uma síntese original, que transcende as oposições canônicas entre Durkheim, Marx e Weber.

¹³Este item tem como referência, de forma sintetizada, a reflexão desenvolvida por Valle (2018a) no artigo “*Raciocínio sociológico*” e “*raciocínio histórico*”: *as tensões entre duas tradições epistemológicas segundo Passeron e Prost*.

¹⁴O debate entre Passeron e Prost foi publicado em 1990, com o título *L'enseignement, lieu de rencontre entre historiens et sociologues*.

¹⁵Este item tem como referência, também de modo sintetizado, a análise empreendida por Valle (manuscrito) em artigo intitulado: *O mais historiador dos sociólogos: Norbert Elias entre a generalização sociológica e a diferenciação histórica*.

¹⁶Sobre esse conceito, veja-se Valle (2018c).

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: EdUFSC, 2011.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo**. Preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

DORTIER, Jean-François. Auguste Comte (1789-1857). Inventeur de la sociologie, père du positivisme, et... apôtre d'une religion nouvelle. In: CABIN, Phillippe; DORTIER, Jean-François. **La sociologie, histoire et idées**. Auxerre: Éditions Sciences Humaines, 2000. p. 17-23.

DUBET, François. Introduction à l'édition “Quadriga”. In: DURKHEIM, Émile. **Les règles de la méthode sociologique**. 14. ed. Paris: Quadriga, 2013. p. 1-20.

DURKHEIM, Émile. **Leçons de sociologie**. Physique des moeurs et du droit. Cours de sociologie dispensés à Bordeaux entre 1890 et 1900. Québec: [s. n.], 2002. Originalmente publicado em 1950. Disponível em: <https://bit.ly/2BdWu1g>. Acesso em: 15 jun./2019.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Claret, 2003. Originalmente publicado em 1895.

DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Petrópolis: Vozes, 2008. Originalmente publicado em 1925.

ELIAS, Norbert. **Qu'est-ce que la sociologie?** La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 1991.

JOLY, Marc. **Pour Bourdieu**. Paris: CNRS Éditions, 2018.

MORAES FILHO, Evaristo de. (org.) **Comte**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1983.

MUCCHIELLI, Laurent. Durkheim: Le père de la sociologie moderne. In: CABIN, Phillippe; DORTIER, Jean-François. **La sociologie, histoire et idées**. Auxerre: Éditions Sciences Humaines, 2000. p. 45-54.

PASSERON, Jean-Claude; PROST, Antoine. L'enseignement, lieu de rencontre entre historiens et sociologues. *Sociétés contemporaines*, [S. l.], n. 1, p. 7-45, mar.1990. DOI: <https://doi.org/10.3406/socco.1990.940>.

STEINER, Philippe. **La sociologie de Durkheim**. Paris: Éditions La Découverte, 1994.

VALLE, Ione Ribeiro. "Raciocínio sociológico" e "raciocínio histórico": as tensões entre duas tradições epistemológicas segundo Passeron e Prost. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 56-72, jul./dez. 2018a. ISSN: 2317-1219. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/re.v7i2.24907>.

VALLE, Ione Ribeiro. Sociologia histórica ou história sociológica? Diálogos a partir de Pierre Bourdieu. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, v. 11, n. 25, p. 49-60, abr./jun. 2018b. ISSN: 2358-1425. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v11i25.7502>.

VALLE, Ione Ribeiro. Um conceito reinterpretado ao longo do século: do intelectual individualista de Durkheim ao intelectual coletivo de Bourdieu. **Revista Internacional Educação Superior**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 95-111, jan./abr. 2018c. ISSN: 446-9424. DOI: <https://doi.org/10.22348/riesup.v4i1.8650711>.

VALLE, Ione Ribeiro. Contributos de Maio de 68 à sociologia de Pierre Bourdieu. In: WATANABE, Graciella; LEAL, Sérgio Henrique Bezerra de Sousa. **Educação, Ciências e Sociedade: leituras bourdieusianas**. Araraquara: Letraria, 2019. p. 18-41. Disponível em: <https://bit.ly/2CeiauM>. Acesso em: 20 set. 2019.

VALLE, Ione Ribeiro. **O mais historiador dos sociólogos**: Norbert Elias entre a generalização sociológica e a diferenciação histórica. (manuscrito).